



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 131/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 11106/2014.**

**Apenso:** Processo nº 11274/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Exercício:** 2013.

**4- Órgão:** Câmara Municipal de Iranduba.

**5- Responsável:** Sr. Francisco Elaine Monteiro da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Iranduba.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 1.058/2015 (fls. 1066/1086).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3546/2015–MP–CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1087/1093).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Câmara Municipal de Iranduba. Exercício de 2013.

*Contas Irregulares. Multas. Alcance. Procedência da Representação (Processo 11274/2014). Determinações à gestão atual e à próxima Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Iranduba, exercício de 2013, sob a responsabilidade do Senhor **Francisco Elaine Monteiro da Silva**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.2- Aplicar Multa** ao Senhor Francisco Elaine Monteiro da Silva, responsável pela Câmara Municipal de Iranduba, exercício de 2013, valor de R\$ **10.000,00** (dez mil reais), com fulcro no artigo 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002,



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 131/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico apontados no bojo da presente Proposta de Voto, quais sejam:

**a)** Ausência de explicação quanto à origem dos créditos apontados em nome de Ednor Pacheco e David Queiroz, no montante de R\$ **139.337,16** e R\$ **2.249,42**, respectivamente, bem como, diante da incerteza quanto à movimentação do Gestor no sentido de cobrar os mesmos;

**b)** Ausência de justificativas quanto a permanência de saldos que se arrastam desde 2012 e que possuem contas de natureza transitória e extra-orçamentária, permanecendo sem explicação as consignações referente ao ISS, ao RPPS dos Servidores e os Restos a Pagar;

**c)** Ausência de controle eficaz no registro de pontos dos servidores temporários e comissionados da Casa, uma vez que o registro é realizado por meio de livro ponto, em que se consta somente a assinatura (rubrica) dos servidores, sem anotação de horário de entrada e saída;

**d)** Ausência de controle efetivo dos veículos abastecidos, do quantitativo de combustível neles utilizados e sem a identificação da data em que foi realizada o abastecimento;

**9.3- Aplicar Multa** ao Senhor Francisco Elaine Monteiro da Silva, responsável pela Câmara Municipal de Iranduba, exercício de 2013, no valor de R\$ **20.000,00** (vinte mil reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas no bojo da Proposta de Voto, quais sejam:

**a)** Violação ao artigo 70, da Constituição Federal/88, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**b)** Violação ao artigo 63, §1º, da Lei n. 101/2000, uma vez que não observou o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

**c)** Divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema GEFIS, infringindo a norma regulamentar disposta na Resolução n. 15/2013 desta Corte de Contas;

**d)** Violação ao disposto no artigo 37, incisos I e V da CF/88, uma vez que o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Iranduba foi estabelecido por Decreto (Decreto Legislativo N. 06/11-GP/CMI de 23/11/2011) e não por meio de Lei;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 131/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**e)** Violação ao disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da CF/88, em razão do acúmulo triplice de cargo por parte do vereador Paulo Roberto Bandeira, que ocupava dois cargos de professor na SEDUC e trabalhava efetivamente nesses seus dois vínculos concomitantemente com o exercício da vereança;

**f)** Inobservância dos dispositivos da Lei de Licitação e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/93 e da Lei Federal n. 6.496/1977;

**g)** Inobservância dos dispositivos constantes nos art. 48 e o art. 48-A, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011;

**9.4- Determinar** o julgamento em alcance do Senhor Francisco Elaine Monteiro da Silva no montante de R\$ **1.231,52** (um mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, em vista da divergência detectada nas guias de recolhimentos pagas em 2013, que demonstram um valor a menor do que os declarados nas OBRIGAÇÕES PATRONAIS – RECURSOS PROPRIOS descritas no anexo 11 (Balanço 2013 - Comparativo da despesa autorizada com a realizada, fls. 18);

**9.5- JULGAR PROCEDENTE** a Representação formulada por meio do **Processo nº 11.274/2014**, nos termos do art. 288, da Resolução n. 04/2002, com a consequente **aplicação de multa** ao Senhor Francisco Elaine Monteiro da Silva, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pela violação às disposições constantes nos art. 48 e o art. 48-A, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011, uma vez que o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Iranduba foi alimentado de forma intempestiva e que o mesmo não atende integralmente o que preceitua o artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011, uma vez que faltam informações essenciais naquele site;

**9.6- Fixar o Prazo** de 30 (Trinta) Dias para o recolhimento aos cofres estaduais referente às multas dos Itens II, III e IV da conclusão desta Proposta de Voto e Municipais (referente ao julgamento em alcance), dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas e julgamento em alcance deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**9.7- Autorizar** desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**9.8- Determinar** ao atual Presidente da Câmara Municipal de Iranduba a adoção das seguintes medidas:



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 131/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**a)** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**b)** Adote providências que visem a regularização dos saldos que se arrastam desde 2012, registrados em consignações, visto que tais contas são de natureza transitória e extra-orçamentária e que permanecem sem justificativas quanto à regularização das consignações referente ao ISS, ao RPPS dos Servidores e os Restos a Pagar (Item V da presente Proposta de Voto);

**c)** Estabeleça normas e procedimentos com vista a realizar o controle dos gastos com combustível, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação do carro abastecido para aferir correspondência com atividades ligadas ao órgão legislativo e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto (Item XI da presente Proposta de Voto);

**d)** Atualize de forma tempestiva o Portal da Transparência com a inserção de todos os dados exigidos por meio da Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

**9.9- Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do Município de Iranduba que verifique se o futuro gestor observou de forma adequada a adoção das seguintes medidas:

**a)** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**b)** Observe se foram adotadas medidas pelo executivo quanto à inscrição na dívida ativa dos valores correspondentes a conta Responsabilidades Financeiras em nome de Ednor Pacheco e David Queiroz, nos montantes de R\$ 139.000,00 e R\$ 2.249,00, respectivamente;

**c)** Verifique se a Lei que trata do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Iranduba foi efetivamente editada e implementada no âmbito daquele Poder, observando os preceitos do artigo 37, incisos I e V da CF/88;

**d)** Verifique se acumulação indevida de cargos por parte do vereador Paulo Roberto Bandeira (dois cargos de professor na SEDUC e trabalhava efetivamente nesses seus dois vínculos concomitantemente com o exercício da vereança) foi efetivamente cessada;

**e)** Observe se foram adotadas medidas saneadoras quanto à elaboração de normas e procedimentos com vista a realizar o controle dos gastos com combustível;

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 131/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

f) Verifique in loco se as cessões dos servidores da Prefeitura de Iranduba à Câmara Municipal estão de acordo com a Lei Municipal nº 105 de 11/03/2005, uma vez que o artigo 128 da sobredita lei apenas permite a cessão de servidores estáveis.

**10- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 17 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor-Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto ao TCE:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: CC70913E-FC60E9-8543F266-69EEB2F0